

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 124.248
ENTIDADE: Gabinete Militar
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual do Gabinete Militar, referente ao exercício de 2016.
RESPONSÁVEL: Raimundo Nonato Aires da Silva
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.244/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. GABINETE MILITAR. FALHA MERAMENTE FORMAL. REGULARIDADE COM RESSALVA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: 1)** pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA**, mantendo como ressalva a recomendação ao gestor para que doravante efetue despesas da forma como disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, com o correto empenho, liquidação e pagamento, sob o risco de incorrer em irregularidade; e **2)** após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Vencido o Conselheiro-Relator José Augusto Araújo de Faria, que foi seguido pelo Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro ao votarem pela: 1) emissão de Acórdão considerando irregular a prestação de Contas do representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor Raimundo Nonato Aires da Silva; 2) aplicação de multa sanção ao representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor Raimundo Nonato Aires da Silva, com fulcro na Lei

Complementar Estadual nº 38/93, art. 54, Parágrafo único, no valor de R\$7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais); 3) recomendação ao atual Gestor da unidade à implementação das recomendações feitas pela 1ª Inspeção Geral de Controle Externo, nos itens 5.3.1, 5.3.2, 5.3.3 e 5.4, do segundo relatório da DAFO.

Rio Branco – Acre, 16 de maio de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE OLIVEIRA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC, em exercício

PROCESSO TCE N° **124.248-TCE (Processo Eletrônico)**

ENTIDADE: Gabinete Militar do Governo

NATUREZA: **Prestação de Contas**

INTERESSADO: **Raimundo Nonato Aires da Silva**

ASSUNTO: Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo, exercício de 2016).

RESPONSÁVEL **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA – Secretário à época**

PROCURADOR:

RELATOR: **CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo, exercício orçamentário e financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA – Secretário à época**, encaminhada a este Tribunal de Contas para julgamento, conforme estabelece o art. 71, inciso II, da CF/88, art. 61, inciso II, da CE/89, art. 36, inciso I, da LCE nº 38/93 e art. 6º, inciso III, da Regimento Interno do Tribunal.

2) Encaminhada toda a documentação à DAFO, a 1ª IGCE elaborou o Relatório Preliminar de Análise Técnica de (fls. 6/15), considerando as seguintes **inconsistências**:

- 2.1) Divergência no valor de **R\$ 15.517,53** no movimento de entrada de material de consumo, em desacordo com a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 89 e 96, descrita no subitem 4.1, do relatório preliminar;
- 2.2) Execução de despesa sem prévio empenho, em descumprimento à Lei Federal nº 4.320/64, art. 60, caput, descrita no item 6 do supramencionado relatório.

3) Citado o Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA – Secretário à época**, à (fl. 19), foi solicitado prorrogação de prazo por mais 15 (quinze) dias para apresentar defesa, o que foi feito às (fls. 24/30) dos autos, que encaminhado à DAFO, foi apresentado o Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 44/48), **pugnando pela irregularidade** das referidas contas, em face de:

3.1) Execução de despesas **sem prévio empenho** em descumprimento à Lei Federal nº 4.320/64, art. 60, caput e **Decreto nº 6.854/2002**, descrito no **item 3**, deste relatório.

4) Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas, o seu ilustre Procurador **MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**, se pronunciou no feito à (fl. 52), dos autos.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 16 de maio de 2019.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE Nº 124.248-TCE (Processo Eletrônico)

ENTIDADE: Gabinete Militar do Governo

NATUREZA: **Prestação de Contas**

INTERESSADO: **Raimundo Nonato Aires da Silva**

ASSUNTO: Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo, exercício de 2016).

RESPONSÁVEL: **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA – Secretário à época**

PROCURADOR:

RELATOR: **CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

VOTO

1) **Diante** do Relatório Conclusivo da DAFO, a 1ª IGCE, pugnou pela irregularidade das referidas contas, **em face da inconsistência apontada, quanto**: a execução de despesas sem prévio empenho, em descumprimento à Lei Federal nº 4.320/64, art. 60, caput, descrita no item 6, deste supramencionado relatório.

Nestes termos, **VOTO**:

2) Pela emissão de **Acórdão**, considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas do Representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alínea “b”**, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

3) Pela aplicação de **multa sanção** ao Representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 54, Parágrafo único**,

no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), em face da execução de **despesas sem prévio empenho**, mediante pagamento de diárias, depois do deslocamento;

4) Pela recomendação ao atual Gestor da Unidade, a implementação das recomendações feitas pela 1ª Inspeção Geral de Controle Externo, nos itens 5.3.1, 5.3.2, 5.3.3 e 5.4, do segundo relatório da DAFO, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco-Acre, 16 de maio de 2019.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 124.248
ENTIDADE: Gabinete Militar
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual do Gabinete Militar, referente ao exercício de 2016.
RESPONSÁVEL: Raimundo Nonato Aires da Silva
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

Após a apresentação de defesa restou sanada a irregularidade referente a divergência no valor de R\$ 15.517,53 (quinze mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) no movimento de entrada de material de consumo, ficando pendente apenas a análise acerca da execução de despesas sem prévio empenho.

Esta Corte de Contas possui entendimento já exarado em caso análogo, onde considerou que a falha consistente na ausência de empenho prévio não possui o condão de tornar, por si só, as contas irregulares, mas apenas quando a ausência do procedimento resulte na inviabilidade de posterior pagamento em razão da inexistência de orçamento.

Nesse seguimento, considerando que, no caso concreto, houve o posterior pagamento da despesa, reputa-se que, apesar da falha procedimental, não há que se determinar a incidência da irregularidade na prestação de contas, entendimento este que homenageia a jurisprudência deste Plenário.

Por fim, observa-se que o Relatório Conclusivo informou não ter ocorrido dano ao erário público e, oportunamente, destaca-se que, em homenagem ao

princípio do contraditório e da ampla defesa, deixa-se que considerar no presente voto a justificativa elencada pela área técnica, tão somente ao final da peça supracitada (fl. 47), de que não houve comprovação da “correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições e as atividades realizadas na viagem”, uma vez não ter sido o Gestor previamente intimado para que apresentasse respectiva documentação comprobatória.

Ante o exposto e com a devida vênia ao voto do Excelentíssimo Conselheiro-Relator José Augusto Araújo de Faria, **VOTO**:

1) Pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA**, mantendo como ressalva a recomendação ao gestor para que doravante efetue despesas da forma como disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, com o correto empenho, liquidação e pagamento, sob o risco de, em caso de descumprimento, incorrer em irregularidade;

2) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 16 de maio de 2019.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor